

Esta comunicação está sendo submetida ao
[X] GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação
MUSEU, INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta comunicação está sendo submetida para apresentação na modalidade:

Comunicação oral

Nilson Alves de Moraes – UNIRIO
nilsonmoraes@gmail.com

O estudo apresenta resultados e considerações parciais de uma pesquisa sobre as relações entre museu, informação e políticas públicas. São elementos constitutivos e estruturadores de mudanças na sociedade, expressando novas disputas sociais e culturais, e exigem inquietações intelectuais e simbólicas, resistindo às hegemonias e estratégias políticas de controle e concentração social. No Brasil, no período 2003 a 2010, os museus, a informação e as políticas públicas buscaram articulações, interdependências e estratégias conjunturais, influenciando expectativas e ações. Pensamos o museu como instituição do sistema de informação e a museologia como um saber inter-campo. O museu influencia as mudanças sociais e culturais considerando elementos materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, em que a informação favorece a identidade social, o conhecimento e a capacidade de produzir inovação social. O museu é um *locus* estratégico de lutas que viabilizam os processos de produção de uma hegemonia social e cultural através de recursos expositivos e suportes técnicos. Os documentos institucionais analisados não permitem observar uma política de informação explícita nem ações coerentes, prevalecendo um discurso político. Utilizamos fontes secundárias e documentos institucionais e uma bibliografia que transita entre as Ciências Sociais, a Museologia e a Ciência da Informação.

Palavras-Chave;

1. Museu 2. Políticas Públicas 3. Informação 4. Mudanças Sociais

MUSEUM, INFORMATION AND PUBLIC POLICY

The study presents results and partial considerations of a research about the links between museum, information and public policies. They are constitutive and structuring elements of changes in society, expressing new social and cultural disputes, and require intellectual and symbolic concerns, resisting the hegemony and the political strategies of social control and concentration. In Brazil, in the period from 2003 to 2010, the museums, the information and the public policies sought articulations, interdependencies and situational strategies, influencing expectations and actions. We think the museum as an institution of the information system and museology as an inter-know. The museum influences the social and cultural changes considering tangible and intangible elements, in which information promotes social identity, knowledge and ability to produce social innovation. The museum is a strategic *locus* of struggles that enable the production processes of social and cultural hegemony through expository and technical support resources. The institutional documents analyzed do not allow us to observe a policy of explicit information nor coherent actions, prevailing the political discourse. We use secondary sources and institutional documents and a bibliography that transits between the Social Sciences, Museology and Information Science.

Keywords;

1. Museum 2. Public Policies 3. Information 4. Social Changes

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida entre 2008 e 2012, sobre as relações entre museu, informação e políticas públicas de cultura estimuladas e desenvolvidas ao longo dos “dois governos” Luis Inácio Lula da Silva (Lula) na Presidência da República (2003-2010).

A hipótese de pesquisa considerava que os processos sociais, a política e a cultura produziram uma situação paradoxal nas gestões Lula. De um lado, não houve nenhuma ruptura nas políticas e nas instituições culturais, elas foram conservadoras, e mantiveram uma tradição das políticas e prioridades dos grupos que controlaram o Estado Nacional no período republicano, empenhando-se em evitar e controlar as possibilidades de qualquer forma de mudança estrutural. De outro lado, as novas propostas e ações produziram resistências na visão de mundo, nas forças e interesses sociais e culturais tradicionais, pois estimularam a participação coletiva e a produção de novos projetos sociais, atores e propostas de mudanças sociais e culturais para o país. A ideia de cultura como Direito Social e apoio do Estado, de maior integração e maior acesso da população à cultura foram universalizadas, orientando e distribuindo possibilidades, no empenho de modificar a lógica distributiva da sociedade e buscava ampliar o processo de inclusão social (MORAES, 2010).

As políticas públicas de cultura no período 2003-2011, ao contrário da histórica das gestões de políticas e ações governamentais em Cultura, foram intensamente discutidas com os interesses, produtores e consumidores de bens culturais. As ações e políticas adotadas foram marcadas pelo reconhecimento e pela valorização da diversidade, descentralização e desconcentração de poderes e privilégios. Nessa conjuntura, “o Brasil ganha a dimensão de uma nação e uma política pública de complexidade e pretensões nacionais” (RUBIM, 2011). O museu e a cultura ganham uma política pública e diretrizes locais, regionais e nacionais.

As políticas públicas de museu no governo Lula pretenderam estimular, valorizar as culturas locais e as identidades. O Ministério da Cultura pretendeu organizar acervos, criar públicos de cultura e de museu e novas exposições, democratizando o acesso e o debate acumulado sobre diferentes temas, influências e problemas brasileiros, descentralizando e desconcentrando as formas de conhecimento e promovendo o diálogo e os vínculos sociais. Portanto, foi implementada uma nova forma na organização do sistema de museus, com

implicações em todo o contexto cultural, imprimindo uma mudança que, sem desconsiderar os interesses sociais, visões e modos de ser dos grupos sociais, não gerou descontinuidade.

Do ponto de vista do Estado, as ações de política e cultura, ao longo da gestão, foram orientadas por interesses e estratégias sociais imediatos, de curto prazo, embora o olhar e as ações permitissem pensar em médio e longo prazo. Esse aparente paradoxo é marca de uma trajetória histórica, permitindo que a lógica e as estratégias de poder de curto prazo se impusessem contrariando os interesses, os discursos do Estado e o próprio modelo de gestão da cultura adotado até o início desta gestão. Desta forma é possível compreender que existe e convive um traço de continuidade e permanência, ao longo da Gestão Lula, que não foi modificado inclusive em algumas opções de formulação de políticas culturais (CALABRE, 2010). Entretanto, tal permanência não impediu o surgimento do novo e o acolhimento de outros interesses marginalizados até então.

Museu, informação e políticas públicas constituem relações e construções descontínuas, contraditórias e socialmente desiguais. Em uma conjuntura marcada por continuidades e descontinuidades sociais e simbólicas em que o novo e o velho convivem, trocam relações e se excluem, mantendo umnexo e uma construção social marcada por diferentes e antagônicas visões, interesses e estratégias. É vital considerar que esses nexos não são necessariamente percebidos pelos envolvidos em sua formulação e implementação, revelando que alguns atores e interesses existentes não compreenderam as suas possibilidades e a importância na capacidade de formular, articular relações e produzir uma política ou orientação social, privada ou estatal. Não compreenderam as relações políticas e o significado de cada ator, projeto e articulação no processo decisório.

A ideia que persegue o nosso trabalho é que museu, informação e políticas públicas demonstram complexidade a partir da própria definição que pretende estabelecer e orientar essas relações como parte da complexidade do processo de produção de uma hegemonia social, demonstrando as tensões que se estabelece desde o nível institucional até o estabelecimento e a viabilização de uma política pública. Portanto, governo, sociedade civil organizada e política pública formam e influenciam o Estado (ORTIZ, 1991).

Uma informação, política de cultura e de museus significa pensar em uma política pública e traz todos os interesses, as condições e as prioridades assumidas pelo Estado diante do tema, mesmo que seja a sua secundarização ou abandono. Como política pública, desde o momento em que é formulada, envolve as condições em que se exerce o processo democrático e a capacidade de produção de cidadania existente em uma sociedade.

O debate sobre informação, tanto no campo do Estado como no campo da cultura, em especial do museu, traz uma armadilha inicial: a própria definição ou conceito de informação. O que se denomina como informação? O que se pretende com a informação produzida ou reunida? Os grupos sociais e as instituições envolvidas no campo da cultura estão em busca de dotar ou associar seus trabalhos de visibilidade ou como ferramenta de comunicação. A inovação social, inerente à informação, não é percebida como tal e não compreende e dissocia o papel da informação do conhecimento.

2- Desenvolvimento da pesquisa: museu, indústria cultural, informação e políticas públicas

Para Rangel (2010), “podemos afirmar que, no Brasil, o século dos museus é o século XX”, afirmação vital para a compreensão do processo cultural brasileiro, o significado dos museus e as armadilhas políticas, financeiras, técnicas e gerenciais que a primeira década do século XXI deverá enfrentar e equacionar. Implica em estudar o significado de museu numa sociedade que afirma a cultura como parte de uma política e mercado planetário, demandas identitárias e sociais da população e parte da agenda de poder.

No período estudado, os museus constituíram lugares de mudança social, de resistência e produção de identidades, sentidos e inovação. Cada museu marcado por sua singularidade que fascina, estimulam o conhecimento e abrange criação e sentimentos artísticos, científicos, históricos, culturais, entre outros. Um lugar que envolve e exige razão e imaginação, encantamento e desencantamento.

O museu, em si e como parte da indústria cultural e das disputas sociopolíticas, apresenta uma nova face, compromisso com a sociedade e com o seu público (ou um suposto público cativo). O museu manifestou-se como lugar de linguagens e experimentos estéticos, contraditório e rico em tensões, discursos, suportes e interesses. As políticas de Estado adotadas nessa década modificam o padrão de atuação e as correlações de força nas instituições de cultura e os museus reintroduziram o tema do nacional e do popular, reinventando as relações com o entorno e as comunidades locais (CANCLINI, 2003). As mudanças que estudamos apontaram para a exigência de novos conhecimentos, de modelos de gestão e para a presença dos interesses sociais empenhados em modificar as representações simbólicas e influenciar o futuro.

O museu produziu uma história e uma aproximação com outras disciplinas científica e interesses econômicos, sociais e políticos. As relações econômicas de dominação e a indústria

cultural não permitem que o museu seja compreendido ou estudado como lugar de consenso, socialmente neutro e desinteressado, ele se constitui na relação¹.

Importa discutir as relações, percepções e estratégias entre informação, museu e políticas públicas, considerando a possibilidade e o processo de registro e recuperação da informação, em especial relacionado às ações de preservação desse patrimônio singular, datado e marcado por conjunturas sociais e disputas simbólicas estratégicas para parcelas da sociedade. Uma ação de preservação atribuída ao museu desenvolve, para sua efetividade, além da instância institucional, divulgação das informações produzidas nos meios sociais e culturais junto ao entorno desse patrimônio, ação que poderá ser beneficiada pelas políticas públicas adotadas, aproximando esses registros e a prática da cotidianidade da população.

As mudanças nas funções do Estado e o empenho em ampliar os esforços por cidadania, incluindo um amplo setor da sociedade nos benefícios e condições sociais que garantam melhor qualidade de vida, trazem a informação para um lugar privilegiado na sociedade, transformando-a em bem coletivo, ação transformadora e produtiva.

A definição de ciência da informação utilizada está restrita aos domínios tradicionais das disciplinas das ciências sociais. Pensamos a ciência da informação como aquele conjunto de práticas e saberes responsáveis pela informação considerando sua gênese, (inter) relações e transformações de dados e eventos de conhecimento (chamadas de propriedades gerais e comportamento da informação). A informação implica modo de produzir, abordar e relacionar-se com o conhecimento conhecido ou produzido articulando um sentido, uma orientação intelectual e um contexto².

Loureiro (1999) afirma que a informação é um sistema de comunicação complexo que, de posse de um determinado acervo, preocupa-se em articular, orientar a geração, a transferência, as trocas e os usos do conhecimento, partindo da reunião de registros, organizando e promovendo o seu acesso. Ela pretende viabilizar uma “efetiva” ou produtiva comunicação do conhecimento e registro entre os envolvidos. A informação é uma mediação entre indivíduos, culturas, instituições, saberes em disputa e interesses. O conhecimento como organização e destino da informação implica reorganizar estruturas (individual e coletiva).

¹ A dimensão social é um desafio que foi retomado nas duas últimas décadas. Esta perspectiva é motivo de disputas entre diferentes pensadores do campo. Um texto clássico de Hugues de Varine, “The Museum in the fourth dimension”, chama atenção para a dimensão social “ignorada” pelo museu. Isto é, o museu como serviço e sua integração à vida da sociedade.

² As relações entre informação e conhecimento são objeto de diversas reflexões. Chamamos atenção para o trabalho de Xavier e Costa (2010) que apontam para a existência de uma “desordem conceitual” que envolve informação e conhecimento, muitas vezes apresentados como sinônimas. Esta “desordem” possui implicações e efeitos sociais, científicos e éticos.

Portanto, em sua história, a informação será marcada pela disputa de uma legitimidade e por um empenho em produzir uma hegemonia social e científica.

A existência de uma relação direta e interdependente entre informação e museu. Essa relação é aprofundada na medida em que a informação é o instrumento de transformação que favorece a produção do conhecimento e da inovação. Portanto, ela – em princípio- além de estimular e fundamentar, está contida na estruturação do museu, em uma relação e interdependência construídas historicamente e por condições concretas, independente das crenças e vontades pessoais, grupos, instituições e disciplinas científicas³.

Para os profissionais de museu, há o reconhecimento de que todo museu contém, produz e modifica informação, e que ela é a condição da produção do conhecimento e mudanças que o museu pretende induzir e produzir. Trata-se de compreender o processo de produção museológica como de coleta, análise, organização, recuperação, preservação, exposição e disseminação de informação. Entretanto, todo profissional das ciências sociais, incluindo os profissionais de museu e de informação, sabe que a estrutura social é fundamentada em uma assimetria que implica efeitos sociais e culturais distintos⁴.

3- Teoria e metodologia: o museu como informação e foco permanente de mudanças

Os usos apressados e descontextualizados de definições podem engessar conceitos e idéias. A definição de museu, pela Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como instituição demonstrou sua importância e o acirramento da construção do campo dificultou a percepção de outras facetas possíveis a um museu. Scheiner (2009) aponta que entre a definição de museu e as transformações do museu e da museologia, em anos recentes, observamos uma complexa reflexão intelectual, mudança material e simbólica. A partir da transição iniciada nos anos 1970, autores como Stranski, Maroevic, Deloche e Davallon, entre outros, revitalizaram o debate e estimularam outras reflexões. A natureza da reflexão sobre o museu e seu domínio epistemológico se transformou.

Discutimos o museu como instituição, como linguagem, competência técnica, agente social e científico que se expressa para o público por meio de exposições e como processo de constituição de uma nova hegemonia de dominação e disputas sociais e culturais. Portanto, o

³ Para efeito de análise estou utilizando uma distinção entre museu e museologia fundamentado em Desvallée. Para o autor, a disciplina que trata de museus se distingue da prática museográfica. A museologia se relaciona com os que trabalham em museus. As ciências que dão apoio a pesquisa em museus, entretanto, podem ser realizadas sem eles assim como o trabalho dos profissionais de museus podem ser realizadas independente das pesquisas que o campo desenvolve. A museologia é um campo de pesquisa ou disciplinar autônomo.

⁴ Entre os profissionais de museu existe um consenso sobre um tempo em que museografia e museologia eram a mesma coisa. O consenso não é o mesmo quando se refere aos impactos desta visão do conhecimento.

museu é também ou pode optar por ser –como Gramsci (1968) propõe, qualquer que seja sua direção- política pública. Ou seja, o museu como produtor e veiculador de informações e agente de cidadania e inclusão social. O museu é elemento ativo de um processo inconcluso por se constituir na prática comunicacional.

Produzir e apresentar informações para o público de um museu é um exercício complexo e explicita a existência e a convivência com outros saberes, instituições e tensões e, por vezes, a inexistência de objetivos ou a clareza dos mesmos e até –mesmo- o público que seus profissionais e a instituição pretendem abarcar. Assim, o museu é um produtor e ordenador de um sistema próprio de informações em diálogo com outras instituições e campos disciplinares.

Informar é uma decisão política e institucional que exige clareza de objetivos diante de um olhar plural e desconcentrado. Para o exercício do cotidiano no museu e na política pública a informação é uma necessidade e uma estratégia, uma direção a produzir ou revelar sentidos, relações e o imaginário como experiência, dominação os motivos e condições desta informação. Assim, na seleção, organização, hierarquização e produção de sentidos que a informação produz política e dominação social e simbólica com implicações no exercício e no grau de concentração de poder e na organização da sociedade. A informação é estruturante do museu, parte do esforço do campo e induz políticas públicas específicas.

O museu, não é uma instituição que na modernidade cumpre um papel de mediador social estratégico na vida do Estado, dos grupos sociais, na mobilização e preparo do sujeito para as mudanças em curso ou saúda personagens, eventos ou um passado idealizado. Instituição social e simbólica, considerando suas diferentes possibilidades conceituais e operativas, possui um modo de produzir narrativas organizadas segundo estratégias, hábitos e recursos disponíveis e reconhecidos em um determinado espaço-tempo e pode influenciar e revestir um sentido de pertencimento. Os agentes da cultura, e em especial os museus, são parceiros e portadores de um pertencimento que lembram, enfatizam, reinventam, reelaboram e partilham uma compreensão das relações humanas e sociais. Esse cenário convive com situações inimagináveis na década anterior.

No museu o velho-antigo e o novo, o real e o imaginário, o material e o simbólico, o contínuo e a ruptura são tessituras constitutivas do cotidiano e do seu objeto. Os tempos, os espaços e os suportes se transformam em outros tempos, espaços e narrativas. Nesses cruzamentos e interseções de invenções e tradições as possibilidades intelectuais e sociais se multiplicam e exigem a ousadia, a sensibilidade e a imaginação como motor ou presença de

vida da relação, como expressão. Ao contrário do museu tradicional, o exposto é o que menos conta, mas o seu entorno e circunstâncias não reveladas.

O museu, principalmente pela narrativa visual, mas não só pelos recursos visuais-imagéticos ou materiais -sem desconsiderar os imateriais- revela-se como um vigoroso e legítimo produtor, veiculador e instrumento de informação na sociedade contemporânea, mesmo que esse não seja o seu objetivo. Utilizando-se de dados, elementos materiais e em sua prática informacional abandonou –ao longo da segunda metade do século XX- uma atribuição tradicional, deixou de ser um espaço de exposição e preservação ou como lembrariam Bourdieu e Darbel (2003), envolvidos em um debate sobre a reprodução de um conteúdo supostamente único, legítimo e uma mensagem que se pretendeu duradoura e universal, parte de um processo de disputas, de tecnologias, de suportes, de relações e de verdades em crises.

O compromisso com a recepção, geração e transferência de informação é parte do cotidiano do museu. A informação é parte de um constructor que marcado pelos signos apresentam ou possibilitam a compreensão, a imaginação criativa e a negociação de ideias, valores, modos de ver e agir que estruturam e se fazem estruturantes relacionais. Informação é uma prática, uma construção envolvida em uma disputa e um poder simbólico.

O museu ao reunir e remeter a rituais e saberes reconhecidos e partilhados pela comunidade consolida e é responsável pela mediação de significação que pretende envolver e tornar comum, em uma teia relacional, rede compartilhada (relações construídas e consolidadas pelos sujeitos e grupos sociais locais). O museu não pode recuperar ou reconstituir os seus objetos em seu sentido lato, ele faculta uma interpretação.

Considerando a História ocidental, o museu ao negociar, intercambiar e produzir identidades garante ou inventa uma tradição. O museu reúne um sentimento ou relações que as sociedades modernas secundarizaram. Pelo domínio e organização da informação, o museu não reproduz, mas remete e combina possibilidades que potencializam e resultam em condições que permitem retomar ou garantir novos lastros e experiência comum que evocam e abrigam significantes, portanto uma segurança para uma comunidade que se sente ameaçada pela fluidez e velocidade do mundo pós-moderno. Dessa forma, Bauman (2003) aponta que a comunidade reduz as incertezas, as discontinuidades e retoma como “lugar confortável e aconchegante (...) em que todos nos sentimos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros na maior parte do tempo”(2003-p.7).

O museu, tomado como um constructo pela narrativa coletiva (isso é, pertencente a um grupo social e cultural específico em um espaço-tempo definido), é estruturante de um campo simbólico e político. Narrativas produzidas que possibilitam a percepção das tramas que

tecem envolvendo ou impondo trocas (ou afirmações), intercâmbios comunicativos e informacionais. Trocas e intercâmbios presentes nos momentos, relações e sociabilidades que se vive no museu. O museu não é um lugar ou circunstância que resulta e realiza modos de ver, sentir e explicar coletivos que Bourdieu demonstra ser efeito de distinções nos sentidos ou espíritos comuns a uma determinada condição ou estratégia em disputa.

Produzindo e atribuindo narrativas visuais e mediatizando às trocas que se realizam de forma real e simbólica o museu imprime uma marca em sua prática, um modo específico de reunir, capturar, contextualizar e significar a informação. Ao permitir que os indivíduos e grupos sociais tenham acesso e transmitam às informações, de diferentes formações, inserções sociais e interesses formais e informais, os museus aprofundam um processo que estrutura ou resultar em conhecimento. O museu como instituição e agente induz e desencadeia mudanças e apropriação de conhecimentos, hábitos de conhecer, competências, estímulo de expressão e necessidades de informações. Um lugar que supre demandas individuais ou coletivas.

O museu não é apenas como uma instituição que cumpre um papel de mediador social na vida do Estado, dos grupos sociais, na mobilização e preparo do sujeito e do coletivo para as mudanças em curso ou desejadas, ele considera as possibilidades conceituais e operativas segundo estratégias e recursos disponíveis e reconhecidos em um determinado espaço-tempo (Scheiner, 2004).

O museu, principalmente pela narrativa visual, mas não só pelos recursos visuais-imagéticos ou materiais, revela-se como legítimo produtor, veiculador e instrumento de informação na sociedade contemporânea. O museu acrescentou ao longo da segunda metade do século XX novas atribuições. Além de transmitir e preservar um conteúdo –supostamente único e legítimo- e uma mensagem que se pretendia duradoura e universal para, nos tempos atuais, se constituir em parte de um processo de disputas, de tecnologias, de suportes, de relações e de verdades em crises.

O compromisso de recepção, geração e transferência de informação é parte do cotidiano do museu, de um constructor marcado pelos suportes e signos que apresentam ou possibilitam a compreensão e a veiculação de ideias, valores e sentimentos que estruturam e se fazem estruturantes relacionais entre indivíduos e grupos sociais.

O museu, reunindo e remetendo a saberes reconhecidos e partilhados pela sociedade, consolida e é responsável pela mediação de significação que pretende envolver e tornar comum, em uma teia relacional ou rede compartilhada e expressa aos participantes. Negociando e produzindo identidades e garantindo, inventando uma tradição, promovendo uma mudança pelo domínio e uma organização que a informação não reproduz, mas remete e

combina possibilidades que potencializam e resultam em condições que permitem retomar ou garantir novos lastros e experiência comum que evocam e abrigam significantes, portanto uma segurança condenada pela fluidez e velocidade do mundo pós-moderno. Ao permitir que os indivíduos e grupos sociais tenham acesso e transmitam a informação, de diferentes formações, inserções sociais e interesses formais e informais, os museus aprofundam um processo que vai imprimir, estruturar ou resultar em conhecimento.

4- O estado da arte: museu, informação e novos paradigmas de análise

A informação percorre uma trajetória não-linear ou evolutiva, não forma segmentos de conhecimentos duros e intransponíveis, sua produção e conhecimento permitem e traduzem situações específicas, e garantindo a impossibilidade de uma continuidade acrítica, isolada e não histórica. Pinheiro (2003) destaca uma novidade de forte impacto e desdobramentos na cultura a partir, principalmente, dos anos 1990. A autora pensa, em diferentes conjunturas, o desafio crescente da interdisciplinaridade e seus desdobramentos institucionais. Ela destaca o papel das novas tecnologias na constituição das redes relacionais, comunicacionais e de informação, no texto “Impactos das redes eletrônicas na comunicação científica e novos territórios cognitivos para práticas coletivas, interativas e interdisciplinares”, destacando a diferença entre os recursos eletrônicos de comunicação e de informação e seus usos para os processos de informação e de comunicação utilizados nos museus.

Pinheiro (2003) em estudo sobre a informação e os museus, remete a um trabalho realizado por FERREZ e BIANCHINI (1987) na qual as autoras demonstram que o campo da museologia no Brasil apenas inicia tal processo. Para as autoras há pouco investimento “no museu como sistema de informação que potencialize o conteúdo informacional dos objetos museológicos e os aspectos de recuperação e disseminação da informação, ou melhor, o objeto de museu como fonte de informação”. Esta percepção deve ser compreendida na perspectiva de que a “visão de sistema de informação emerge da automação e dela decorre todo o instrumental para recuperação e disseminação da informação”.

Para Capurro (2003) apresenta um esforço de síntese de mudanças em curso no amplo campo da Ciência da Informação. O autor compreende a existência de três momentos e de dimensões distintas a influenciar o campo. Em um primeiro momento, aponta a predominância do debate físico, quando questões como o suporte, modos de registros e dimensão material da informação eram predominantes. Em um segundo momento, o debate e o olhar estavam dirigidos principalmente para o fenômeno cognitivo, quando a ênfase estava associada ao conhecimento, concentrada em o que era e o que se sabia sobre o objeto. No

terceiro momento, o autor aponta a emergência da informação como fenômeno intersubjetivo, que significou a preocupação com o fenômeno social ou em construção.

Para Capurro, estes momentos não produziram modelos duros, inexpugnáveis ou excludentes. Ao contrário, eles conviveram em diferentes análises, que não partem de um só conceito de informação, “mas de todos eles”.

A informação como processo pode ser entendida como instrumental técnico e como trama complexa, ato, ação e prática social. Isso é, uma prática ativa e como prática social é terreno da subjetividade, cultura, tensões, representações, imaginários e memórias individuais e coletivas. Da perspectiva das Ciências Sociais, a informação é transferência, negociação, criação, representação, formatação e construção de ideias, produção e disputa e sentidos em uma dada formação social concreta. Informação é relação e poder social e simbólico. As análises mais recentes destacam o papel do intangível no fluxo que produz informação provocando a necessidade de novas reflexões.

No debate proposto por Gomes (2000) existe uma radical transformação no papel da Ciência da Informação com relação à própria informação. Diz Gomes que a Ciência da Informação inicialmente envolvia como campo temático a ciência, a tecnologia e os recortes institucionais da geração e uso da informação. Mais recentemente, é orientada por “uma nova questão: como compreender os movimentos globalizados da transferência de informação, em oposição à multiplicação de um ‘diferencial pragmático’ nos plurais espaços de comunicação”. Desse ponto de vista, Gomes afirma que essa situação conduziria a “um resultado inesperado: o crescimento ilimitado da informação e da incomunicação”.

O debate sobre informação no campo da cultura, em especial do museu, traz uma armadilha inicial: a própria definição ou conceito de informação. O que se denomina de informação? O que se pretende com a informação produzida ou reunida? Em geral, os grupos sociais e as instituições envolvidas no campo da cultura estão em busca de dotar ou associar seus trabalhos em busca de visibilidade ou como ferramenta de comunicação. A ideia de inovação social, que é inerente à informação não é percebida como tal e não compreende e dissocia o papel da informação do conhecimento.

Discutimos o museu como instituição em que o diálogo com o Estado é condição de sua existência e expansão contrariando as teses e gestão dos defensores do “Estado mínimo”. O museu exige linguagem e competência técnica que se expressa para o público por meio de exposições. Portanto, o museu é política pública, é produtor e veiculador de conhecimento inovador, agente de cidadania, de mudança e inclusão social.

Produzir informações para o público de um Museu é um exercício complexo e explicita as tensões e, por vezes, a inexistência de objetivos e clareza do público que os profissionais e a instituição pretendem abarcar. Informar é uma decisão política e intervenções institucionais que produz e exige clareza de objetivos, um território do conhecimento marcado por um olhar plural. A informação é parte de um bem social estratégico, parte da política pública ou de um modo de exercício de poder.

A informação, sendo e produzindo conhecimento não basta em si. Ela se renova, se modifica, em uma situação em que depende e transforma-se a partir de outras informações e articulações gerando uma necessidade informacional que pode ser compreendida como uma experiência social objetiva, ocorrendo e impactando o imaginário e as relações sociais concretas como uma condição objetiva em que a informação explicita seus próprios motivos. Uma nova cadeia relacional é operada, na qual a informação é e exige outra seleção, organização, hierarquização e produção de sentidos.

O'ddone (2007) aponta a importância da História –como disciplina e como processo social- para o estudo das mudanças epistemológicas que acabam por auxiliar a compreensão as armadilhas atuais da museologia e do campo do museu. O ponto de partida deste estudo foi o conceito de “Epistemologia Social”. Um estudo das relações que se estabelecem entre os seres humanos e seu entorno social, cultural e tecnológico, objetivando à atividade cognitiva que pretendia compreender “o estudo da produção, do fluxo e do consumo de qualquer tipo de produto intelectual”.

A informação, como conhecimento e relação em permanente mudança e reinvenção no museu é parte de um esforço do campo e das políticas públicas específicas. Ela se constitui como bem cultural fundamental, elemento estruturante de um novo modelo social em que o conhecimento possui capacidade de intervenção e modificação social. A informação é um valor em si, um articulador para o desenvolvimento técnico e científico que exigem uma atitude das forças sociais e a explicitação pelas ações de Estados e grupos sociais.

A agilidade e a resposta imediata de sua presença promovem a transferência do conhecimento, a eficiência e racionalidade de suas ações, a eficácia das decisões ou de sua ausência, os altos custos financeiros em que as mudanças tecnológicas criam a urgência de novos formuladores, administradores e são objeto de intercâmbio e incorporação de métodos e práticas gerenciais que desconsideram os modelos patrimoniais e populistas de poder e controle social e configuram ou exigem uma nova arquitetura tecnológica, produtiva e política no mesmo instante em que a sociedade exige outros modos relacionais e incorpora em seu cotidiano a busca de novas formas inovadoras de controle social.

A ideia de acesso universal coloca em alerta os modelos e forma atuais de controle e exercício de poder, os impactos das ações e o tipo de futuro que a sociedade irá produzir. Esse desafio implica repensar o papel da sociedade civil organizada. Implica repensar o processo de tomada de decisões, de produção de legitimidade e a coisa pública. Implica, finalmente, considerar o modo e a própria definição e modo de produção das políticas públicas para atender aos interesses coletivos, em permanente mudança. A nação e os governantes deverão mudar seus discursos, saberes e práticas. O campo da ideologia ganha força e revela sentidos.

Castells (1999) mas não só ele aponta que uma sociedade em rede impõe como marca ser plural em suas formas de poder. Uma pluralidade que não produz uma unidade, a continuidade ou possibilidade de administração linear. Portanto, cabe ao Estado promover e orientar as políticas para ações afirmativas em um ambiente construído pela diferença.

Barreto (2009), afirma que toda política mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações, ressalta que uma política de informação é um ritual. Do ponto de vista do autor, uma intenção formal de um discurso de governo para a implementação de ações coordenadas capazes de induzir o que o governo julga ser uma necessidade. Para que uma política pública seja efetiva é necessário que exista uma legislação, uma regulamentação e uma interpretação judicial que oriente as instituições e os interessados, favorecendo e gerando um ciclo de vida da informação.

5 – O campo e a sociedade: armadilhas da História, do poder e reflexões

Uma política pública de cultura exigiu uma modificação nas estruturas de poder. Sempre tomada como discurso, prioridade ou vontade política dos agentes do Estado, importantes setores da população, produtores e usuários de cultura tomaram a frente do processo e se empenharam em complexas lutas ao longo da primeira década deste século. O que era objeto discursivo se introduz na cena política alimentando novos problemas e processos relacionais e simbólicos.

As políticas públicas são marcadas e produzidas pela lógica e condições que historicamente imprimem um percurso à sociedade brasileira: concentração, centralização, ausência de equidade e exclusão como traços permanentes (MORAES, 2010). Uma política pública fundamentada nesses princípios reconhece a urgência de novos enfoques: a descentralização dos bens e produção cultural, a universalização do acesso à cultura, a gestão participativa das instituições e políticas públicas são temas e problemas que apontam para as urgências do setor. A ideia de controle social e de equidade não são consideradas ou observadas nas políticas públicas que são regidas pela lógica das urgências, do imediatismo

dos efeitos e da visibilidade. Elas trazem as marcas do modelo social de dominação e controle social. As ideias e estratégias em contrário são consideradas ameaça à ordem social, aos próprios demandantes e empecilhos à modernização da sociedade. A lógica das carências e ausências se impõe e resiste às ações de alguns grupos, projetos sociais e instituições.

Um estudo sobre as políticas públicas no Brasil exige repensar problemas e enfoques. A primeira questão é enfatizar a recorrente e aparente dicotomia centralização e descentralização. Caberia ao Estado determinadas funções e serviços. A segunda questão diz respeito ao que se delega como poder nessas políticas e a quem se delega. Em outras palavras: quem e em que condições sócio-históricas decide sobre metas e, sobretudo, sobre as formas de financiamento, gerenciamento e prioridades das metas e intenções atribuídas ao discurso (leis, normas, programas) para as práticas que a cultura e o museu exigem.

A cultura, as instituições e políticas de cultura no Brasil possuem uma trajetória marcada pelas ações e pressões que se desenvolvem a partir do cenário internacional, a partir dos projetos e ações viabilizados pelos movimentos sociais e pela sociedade civil. A recente e inconclusa ordenação jurídica, os saberes e práticas adotados, as políticas implementadas ou valorizadas devem ser pensadas considerando as influências, disputas, ações e interesses internacionais, dos movimentos sociais e dos Estados nacionais.

Para Rubim (2006) o governo, esse ou todo aquele comprometido com algum projeto reformista, iria se defrontar com “estas tristes tradições no campo das políticas culturais nacionais: ausência, autoritarismo e instabilidade”. Essas palavras são mais que sentimentos, são construções e produtos históricos. Tristes tradições são o empenho na permanência de políticas que garantam a continuidade de privilégios e a permanência de excluídos. Mais que sentimentos, signos ou condenações elas constituem a evidência de um eixo que não permite prioridade de nenhuma política pública.

Loureiro (2006) afirma que há uma armadilha que cabe aos profissionais do campo desmontar. Uma armadilha que se expressa na conjuntura, mas que é de natureza estrutural. Segundo Loureiro, “os principais museus públicos brasileiros, nem sempre os mais importantes para o conhecimento da nossa diversidade cultural, encontram-se muitas vezes distanciados sob todos os pontos de vista de vastos setores de nossa sociedade.” Ao pensar em tal questão, Loureiro produz um desafio que escapa ao campo e à ação profissional, remete à uma condição cidadã. O autor nos pergunta: “não seria então necessário re-articularmos os museus como pontes, enfatizando as culturas presentes no território brasileiro? Isso não

exclui, obviamente, que essas pontes alcancem outros países. Precisamos (...) pensar novos pactos interativos no interior do espaço brasileiro”.

O autor dessas reflexões não se omite e intervém com uma proposta e compromisso: “antes de qualquer ação, precisamos re-inventar novos cenários para a relação das instituições museológicas públicas e a sociedade civil”. Uma conjuntura exige um novo contexto de ação e mobilização por mudança, como construção histórica e decisão coletiva.

A armadilha essencial de uma sociedade e de um Estado que anunciam mudanças como urgências e necessidades que independem de vontades individuais, mas uma condenação social que se impõe remete a Barreto (2009) que amplifica o debate (ou “toca na ferida”) sobre a centralidade da informação e a política pública, embora este não seja o seu interesse anunciado no debate. Para o autor:

“democratizar a informação não pode envolver somente políticas para facilitar e aumentar o acesso à informação. É necessário que o indivíduo que a receba tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive. Mas estas condições de interiorização não podem ser planejadas através de uma política com governabilidade de curto-prazo”. (BARRETO, 2009)

Fazer museu, informação e política pública não permite a convivência pacífica ou conformada com o curto prazo ou a curta duração. Contra a história e fazendo o projeto político essencial, esse fazer exige ou implica em afirmar o desejo e o compromisso com a longa duração. Ou seja, em uma sociedade humana e democrática em que há alternância de poder, esse fazer administra conflitos, uma feroz contradição e condenação humana e social.

Nesse novo mundo que se afirma globalizado, não existe possibilidade para uma coexistência tranqüila. O museu é obrigado a fazer opções, considerar outras tradições, linguagens e concepções, considerar o coletivo e o subjetivo, que é trazido e incorporado a um novo contexto, escapando dos limites do espaço-tempo. O que era informação e gosto pessoal ou de um grupo deixa de ser a única possibilidade reconhecida de informação ou de verdade.

O profissional do museu é um mediador que correlaciona objetos, acervos, registros e cultura das populações. Não é mais um funcionário que cuida de uma exposição rica em detalhes de um acervo que, em diversas ocasiões, lhe é estranho e estranho ao público de seu museu. Os cenários produzidos nesse novo contexto museológico permitem e se fazem a partir de informações produzidas com simulacros que estimulam o interesse pelo envolvimento, além de uma atitude simplesmente racional ou afetiva.

A partir dos anos 1970, o Brasil, a América Latina e o capitalismo conheceram muitas crises, possibilidades e caminhos que, em todas as ocasiões, as elites e alianças no poder se empenharam em desqualificar e desconsiderar qualquer possibilidade de mudança em sua

estrutura. Nessa década, esses setores começam a perder o monopólio das ações, dos discursos e de uma suposta verdade.

Da violenta, acelerada e racional ação de afirmação neoliberal ao seu esgotamento foram cerca de trinta anos, que acentuaram todos os trágicos e rotineiros indicadores regionais, planetários e seus efeitos, que ocupam os lugares e podem ser visíveis na pobreza que ganha as ruas. O estrangulamento social não significou, entretanto, a eliminação ou anulação, ao contrário, almejou uma resistência com um mínimo de organização em escala planetária na luta desesperada de sobrevivência e de retomada das ações históricas.

Deste os anos 1970 diversas mudanças e transições convivem produzindo uma conjuntura de difícil compreensão. Nesse período, projetos de mudança que não partiram ou participaram da mesma aliança social, de seu modo de ver e viver as relações sociais e seus projetos de futuro, foram condenados. A história demonstra que os massacres da dominação não encontraram a passividade desejada pelos executores de uma hegemonia social centrada na concentração e exclusão como fundamentos. A constituição da modernidade-mundo que Ianni (2000) analisa não foi, em nenhum momento, uma tarefa política, institucional e cultural tranqüila ou pacífica. A passividade coletiva e a tranqüilidade social só existem nos discursos e nas trajetórias simbólicas dos setores hegemônicos.

No início do século XXI, algumas portas começam a ser abertas para o Brasil, a América Latina e sociedades locais. Elas não foram abertas por opção, mas resultam de uma longa e trabalhosa resistência, ações coletivas e institucionais que estimularam e criaram algumas condições para as mudanças em curso, não para as mudanças desejadas. Mudanças como transição, não como processos revolucionários, mas como ações reformistas, mudanças originadas nos processos institucionais sem rupturas sociais.

Situações, de diferentes origens, estratégias e interesses, que levaram as atuais elites e grupos sociais dominantes da América Latina a enfrentar simultâneas crises. As elites sociais locais e suas bases de sustentação política foram encurraladas em sua capacidade ideológica para transfigurar seus interesses privados em projetos políticos majoritários.

O novo contexto supera as análises ou ameaças ideológicas, os cenários nacionais, internacionais, tecnológicos e relacionais, e suas interfaces exigem diferentes revisões e análises. Outro cenário está colocado para o Brasil e para a América Latina. Um mundo que se faz em desafios de inclusão, em que outras e simultâneas formas de ser, ver e compreender convivem e se renovam por negociações, mais que por imposições. Um tempo de solidariedade, respeito à diversidade e produção coletiva das mudanças e orientações sociais.

O Brasil e a América latina, de contrastes e conflitos, se defrontam com o desafio que lançam a região ao mais moderno e intenso do contemporâneo. A aceleração da urbanização e da comunicação interpessoal e a midiática como meios de difusão e de produção de bens, suportes e expressões culturais. A articulação entre mercado, cultura e tecnologia. A intensa, acelerada e generalizada reprodução técnica da cultura, inimaginável às teorias da cultura de massas nos anos 1960 fazem as teses da indústria cultural e das indústrias da cultura incorporarem à preocupação e ao cotidiano de grupos hegemônicos como universal o que é particular e restrito. A sociedade exige a cultura e os museus como espaços públicos. A informação como esfera e parte da mediação da cultura, como uma cultura de mídia.

6 – Considerações iniciais: apresentação dos resultados parciais

Os resultados parciais da pesquisa demonstram que a hipótese que desenvolvemos demonstrou ser exitosa na compreensão das instituições de cultura como multi, interdisciplinar e interinstitucional e que as políticas públicas não permitiram a produção de uma hegemonia social no setor. Um olhar e algumas reflexões sobre recorrências, incertezas e inovações nos museu, políticas públicas e informação apontaram que o museu, como a cultura e suas instituições, oferecem e estão orientados, no Brasil, ao longo desta década, por dois compromissos ou visões de mundo.

De um lado, o museu pretende promover a disseminação da informação e o esforço em orientar novas relações, principalmente com os saberes e processos produtivos, modos de compreensão e também suscitar o estabelecimento de novos cenários sociais, influenciando o desenvolvimento tecnológico e científico. Portanto, coloca-se na condição ou possibilidade de oferecer e partilhar o conhecimento, possibilitando, pela cultura, a ruptura de modelos e relações tradicionais e a modificação dos indivíduos, grupos sociais e da própria sociedade.

De outro lado, o museu, além de instrumento de cognição e mediação de informações, é uma força histórica e humana que convive com demandas e com o heterogêneo no qual diferentes vozes e perspectivas promovem trocas e se enfrentam. Um museu articulado à sociedade civil que age na valorização da cultura local, das identidades e do conhecimento produzidos no entorno, tecendo ou oferecendo condições para as mudanças social e cultural. Mudanças essas que promovam a inclusão social e garantam a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, a introdução de inovações na vida coletiva, a afirmação da equidade e da democracia permitindo modificações em relação ao estabelecimento de novos comportamentos e valores que transformam a participação da população no controle social, os indicadores políticos e sócio-culturais. Nesse sentido, o museu é, principalmente, uma

possibilidade de produção de rupturas e acesso social, possibilitando a ação, a promoção, a interação de um receptor na indicação de um encaminhamento e na formação de agentes sociais de mudanças por meio de insumos recebidos e processados. Portanto, na construção de outra hegemonia social e cultural.

Uma política pública para o museu, com comprometimento democrático, exige a garantia de acesso às informações e maior oferta das mesmas que permita a presença de todas as vozes e identidades possibilitando o diálogo entre os saberes e as visões de mundo. Dos museólogos e demais cientistas envolvidos é exigido um contextualização e reconhecimento das vozes interessadas no debate, repensando a bibliografia, os suportes utilizados e as teorias e as metodologias adotadas. Ao Estado cabe o compromisso de aprofundar o processo iniciado. A informação é instrumento político de dominação e controle social que deve ser colocado à disponibilidade e sob o controle social.

Consideramos que uma política pública de informação significa, possibilita e configura uma decisão estratégica de governo, que regula e induz atividades, prioridades conjunturais e os direitos de um setor e da população à informação e a uma vida mais equitativa. Uma política pública de informação, conseqüentemente, é e implica em reconfiguração de correlações de forças.

A informação significa e possibilita um valor estratégico. O uso intensivo e coletivo da informação inviabiliza as assimetrias, as diferenças, as hierarquias de poder e possibilita mudanças e mobilidades sociais que reconfiguram o contexto e a hegemonia social. Novas hegemonias podem produzir novos valores e relações horizontalizadas.

Existe uma relação direta e interdependente entre informação e museu, e essa relação aprofunda-se na medida em que a informação está contida e fundamenta a estruturação do museu, sendo que esta relação e interdependência são construídas socialmente e obedecendo a condições históricas concretas, independente das crenças e vontades pessoais ou de grupos. Para os profissionais de museu, há a necessidade de reconhecimento de que todo museu contém, produz e modifica informação. O objeto do museu de coleta, análise, organização, recuperação, preservação e exposição ganha uma papel vital e se articula às demais instituições da sociedade e da produção do conhecimento na disseminação de informação.

O estudo sobre as relações entre informação, museu e políticas públicas considera a possibilidade e o processo de registro e recuperação da informação. A ação de preservação que o museu desenvolve, para sua efetividade, além da instância institucional, ganha uma nova dimensão em ampliar a publicização das informações produzidas nos meios social e

cultural junto ao entorno desse patrimônio e que poderá beneficiar a formulação de políticas públicas, possível pela mediação cultural.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da Informação: dinâmica e contextos. *Ciência da Informação*. Brasília. v.2, outubro, 2001.

BARRETO, Aldo a política de informação em ambientes de estoques digitais. *Ciência da Informação*, v. 10, abril 2009. Consulta realizada em 06-06-2011.

_____. *A Condição da Informação*, In São Paulo em Perspectiva. São Paulo: vol. 16, 2002

BAUMAN, Zygmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. RJ: Zahar Editores, 2010

_____. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOURDEIU, Pierre . *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU. P. e DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASTELLS. Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. SP: Paz e terra, 1999.

CALABRI, Lia. *Políticas Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010

CANCLINI, Nestor G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003

CAPURRO, Rafael. *Epistemologia e Ciência da Informação*. ENANCIB, Belo Horizonte, 2003.

FERREZ, H.D., BIANCHINI, M.S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro. Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. *O caráter seletivo das ações de informação*. Rio de Janeiro: Informare, v.5, n.2, p.7-31, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968

IANNI. Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. RJ, Civilização Brasileira, 2000

LOUREIRO, José M. *A Articulação de uma ação Hegemônica: Informação, Museu e Representação*. ENANCIB, 2003

_____. *A Ciência da Informação e os Museus de Ciências*. In Revista Museu, 2006.

MATIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2008.

MORAES, Nilson A. *Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer*. In O caráter político dos museus. GRANATO, Marcus: SANTOS, Claudia P: LOUREIRO, Maria Lúcia (Org) Rio de Janeiro; MAST, 2010

_____. *Políticas Públicas, políticas culturais e museu no Brasil*. Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, p. 54-69, 2009.

O'DONNE. Nanci. *Revisitando a "epistemologia social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual*. Revista Ciência da Informação, Brasília: v. 36, 2007

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991

PINHEIRO. Lena Vania. *Confluências Interdisciplinares de Ciência da Informação e museologia*. Salvador: ENANCIB, 2007

_____. *Arte, Objeto Artístico, Documento e Informação em Museus*, retirado em www.crnti.edu.uy/02cursos/Artes3.doc

RANGEL. Márcio F. *Políticas Públicas e Museus no Brasil*. In O caráter político dos museus.

GRANATO. Marcus; SANTOS, Claudia; LOUREIRO, Maria Lúcia (Org). Rio de Janeiro, MAST, 2010.

RUBIM, Antonio C., *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo, Editora FPA, 2011

_____. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições*. In RUBIM, Antonio A.; BARBALHO, Alexandre (Org). Políticas Culturais no Brasil. Salvador, EDUFBA, 2007

SCHEINER, Teresa. *Museologia ou Patrimoniologia: reflexões*. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia P; LOUREIRO, Maria Lucia (org). Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas. MAST Colloquia, v.11. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

_____. *Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SEPÚLVIDA. Myrian S. A. *Escrita do Passado nos Museus Históricos*. Rio de Janeiro: Garamond/Minc, Iphan, Demu, 2006.